

/ PALAVRA DO LEITOR

Bar à beira-mar

O Ministério Público Federal (MPF) divulgou determinação da Justiça Federal sobre a demolição do Bali Hai, em Atlântida (Jornal do Comércio, edição de 03/07/2026). O Bali é um patrimônio de Atlântida e sua comunidade. Não há dano ambiental, de qualquer espécie. Desde sua concepção o Bali foi criado para compor a paisagem, integrar-se no ambiente, e criar o cenário de beira mar, como milhares de locais pelos mares do mundo. Ao tempo em que, finalmente, admitem os quiosques de beira-mar permanentes ano todo, querem destruir o que tem de melhor, construído no mesmo espaço, dito de preservação permanente. (Solon Soares)

Bar à beira-mar II

O erro ocorreu quando deixaram construir o bar. Agora mandam demolir um local que gera empregos. O litoral é cheio de construções “na areia”, não adianta pegar um para “crucificar”, quem deve ser punido é quem na época autorizou a construção, deu alvará de funcionamento, etc., pois este sim deveria ter conhecimento técnico para permitir ou não essas aberrações. (Daniela Preto da Silva)

Bar à beira-mar III

Sempre andei livremente pelo estabelecimento e nunca fui forçada a consumir. Enquanto isso, as prefeituras do litoral não disponibilizam banheiro, chuveiro nem uma lixeira na beira da praia. Façam uma licitação então, mas destruir não vejo motivos. (Flavia Borba)

Bar à beira-mar IV

Gostaria de saber se o Ministério Público Federal também emprega todos esses esforços para acabar com beach clubs, pousadas, bares e restaurantes que existem na beira da praia em várias cidades do Nordeste. Para quê turismo, para quê comércio e arrecadação de impostos, para quê desenvolvimento? Já não chega todo o prejuízo no Guaíba com os entraves para mineração e todos os entraves para a reconstrução da plataforma de Atlântida! Incrível como gostam de atrasar o desenvolvimento de uma cidade. (Cláudia Leiria)

Bar à beira-mar V

Essa decisão é um absurdo. Qual o dano ambiental causado? Há danos ambientais muito maiores, como o rebaixamento de lençol freático e ninguém faz nada. (Josiane Severo)

Empreendedorismo

A Blue Ville, uma das principais indústrias de alimentos do Rio Grande do Sul, transferiu parte de suas operações estratégicas para o Tecnopuc, parque científico e tecnológico da Pucrs (JC, 19/06/2026). Precisamos de mais reportagens como esta publicada no GeraçãoE para auxiliar pequenas empresas a tomarem um novo rumo, aprendendo com os grandes gestores empresariais. (Paulo Ricardo da Silva)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Quando correr também transforma cidades

Lucas Siqueira

Porto Alegre vive um novo momento no esporte. As corridas de rua deixaram de ser eventos pontuais para ocupar espaço permanente na cidade: no calendário, nas ruas e na rotina de milhares de pessoas.

Os números mostram essa mudança. Em 2023, eram 30 provas realizadas na capital. Em 2025, esse número saltou para 91 corridas, reunindo mais de 128 mil participantes. Para 2026, a projeção é ultrapassar a marca de 100 eventos ao longo do ano, com aumento no número de inscritos e maior presença da modalidade no cotidiano da população.

O crescimento não é casual. Ele acompanha uma mudança de comportamento. Cada vez mais pessoas buscam qualidade de vida, disciplina e um espaço de convivência que o esporte oferece de forma direta e acessível. Mas o impacto vai além da prática esportiva. Corridas de rua movimentam a cidade. Hotéis ampliam ocupação, restaurantes registram aumento de fluxo, o comércio sente o reflexo e o turismo ganha força. Eventos desse porte ajudam a posicionar Porto Alegre no circuito nacional.

Há também um efeito menos visível, mas determinante. Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que, para cada R\$ 1 investido em esporte, há uma economia de até R\$ 3 em saúde pública. Em um cenário de crescimento do sedentarismo, incentivar a atividade física é uma medida de gestão eficiente, com impacto direto na prevenção de

doenças e na redução de custos futuros.

O esporte, nesse contexto, assume um papel mais amplo. É segurança, ao ocupar espaços públicos e estimular a presença das pessoas na cidade. É educação, ao reforçar valores como disciplina, respeito e convivência. É saúde, ao incentivar hábitos que melhoram a qualidade de vida. E é economia, ao gerar movimento e oportunidades em diferentes setores.

Esse avanço exige organização. A realização de eventos dessa dimensão depende de planejamento, integração entre áreas como mobilidade, saúde e segurança, e diálogo permanente com os organizadores. Não se trata apenas de autorizar provas, mas de estruturar a cidade para recebê-las.

Porto Alegre já demonstrou que tem condições de ampliar esse movimento. O desafio é dar continuidade ao trabalho, com responsabilidade e visão. Incentivar as corridas de rua é reconhecer um processo que já está em curso e garantir que ele siga crescendo de forma organizada, segura e com retorno para a população.

Secretário de Esporte e Lazer de Porto Alegre

Para cada R\$ 1 investido em esporte, há uma economia de até R\$ 3 em saúde pública

E quanto custa manter a CMPC?

Heverton Lacerda

A Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996) permite que empresas exportem produtos primários e semielaborados sem a cobrança do imposto estadual sobre o consumo e ainda garante a manutenção dos créditos fiscais gerados nas compras de insumos. Além de não contribuir com o caixa do Estado para investimentos em serviços públicos e infraestrutura

A previsão orçamentária para 2027 aponta déficits acima da casa dos R\$ 4,8 bilhões

dos mais endividados do Brasil. Excluindo eventos extraordinários, como privatizações, compensações e benefícios do regime de recuperação fiscal, o RS segue enfrentando sucessivos déficits. A previsão orçamentária para 2027 aponta déficits acima da casa dos R\$ 4,8 bilhões. Desvantagem para o Estado!

Se, de fato, como afirmou uma representante do governo gaúcho, a empresa “pode gerar R\$

1,1 bilhão em ICMS”, qual seria a contraparte em créditos fiscais? Quanto ingressaria no Tesouro do Estado? Seria justo com a população, neste momento, abrir totalmente o sigilo fiscal da CMPC para saber quanto realmente a empresa contribui e quanto se beneficia com tributos. Se o governo pode usar dados fiscais para defender a empresa, poderia também observar os princípios da publicidade e da moralidade neste caso.

Além disso, é preciso informar a população sobre os impactos ecológicos e os riscos ambientais que as emissões de efluentes químicos e as lavouras de eucaliptos causam no ar, no Guaíba e nos nossos biomas. Em um cenário onde a crise climática já comprova que os negacionistas estavam errados e ceifa milhares de vidas pelo mundo, não há mais espaço para degradar a natureza que nos protege, se estiver saudável e forte. Ao invés de publicizar dados seletivos em defesa de um projeto perigoso e questionável, o governo, através da Fepam, deveria oportunizar à população uma audiência pública sobre a questão em Porto Alegre.

Decisões políticas oportunistas tomadas agora, sem base no planejamento público, na ciência e no Princípio da Precaução, podem gerar novos resultados negativos e desastres em um futuro muito próximo.

Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan)